

Nome: _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCO DA ROCHA-SP
Concurso Público – 003/2025**001 – GUARDA MUNICIPAL – PROVA 02****PROVA ESCRITA OBJETIVA**
CADERNO DE QUESTÕES

Leia atentamente as instruções abaixo e aguarde a autorização para abertura deste caderno de questões.

1. **Confira o CADERNO DE QUESTÕES nos primeiros 30 minutos de prova.** Caso haja algum erro de impressão, ausência de questão, dentre outros, a prova poderá ser substituída nesse intervalo de tempo.
2. Confira o **CARTÃO-RESPOSTA** e assine seu nome no espaço próprio, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta. A ausência de assinatura incide na desclassificação do candidato.
3. Não dobre, não amasse, nem manche o **CARTÃO-RESPOSTA**. Ele **NÃO** poderá ser substituído.
4. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 4 opções identificadas com as letras A, B, C, D. Assinale apenas uma opção em cada questão, caso contrário, ela será nula.
5. O tempo disponível para esta prova é de **3h**.
6. Reserve os 30 minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **CADERNO DE QUESTÕES** não serão considerados na avaliação.
7. Os candidatos, após entrarem na sala da prova, somente poderão retirar-se após decorridas duas horas do tempo de duração previsto.
8. Quando terminar a prova, entregue-a ao fiscal **SEM FALTAR NENHUMA PÁGINA OU PARTE DELA**, juntamente com o **CARTÃO-RESPOSTA**. Em seguida, assine a **LISTA DE PRESENÇA**. Caso o **CADERNO DE QUESTÕES E/OU o CARTÃO-RESPOSTA** estejam rasgados ou incompletos, o candidato será eliminado.
9. O candidato também será excluído do certame caso:
 - a) Utilize, durante a realização da prova, máquinas e/ou relógios de calcular, bem como rádios, gravadores, fones de ouvido, telefones celulares ou fonte de consulta de qualquer espécie.
 - b) Ausente-se da sala de prova levando consigo o **CADERNO DE QUESTÕES**, antes do tempo estabelecido, e/ou **CARTÃO-RESPOSTA**.
 - c) Deixe de assinalar corretamente o campo no **CARTÃO-RESPOSTA**.

**GABARITO**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50										

001 – GUARDA MUNICIPAL – PROVA 02**LÍNGUA PORTUGUESA****TEXTO****A CONFIANÇA ACABOU, NINGUÉM NOTOU**

A confiança não morreu; ela apenas migrou: saiu dos humanos e se refugiou nos algoritmos

Precisamos confiar — mas será que ainda sabemos como? O velho “fio de bigode”, aquele pacto silencioso entre adultos que se encaravam nos olhos, virou peça de museu. Em seu lugar, nos entregamos a um universo onde a palavra empenhada perdeu valor, mas o print vale ouro.

Minha geração, a do 50+, viveu a transição: vimos a honra virar meme, a promessa virar notificação e a mentira ganhar upgrade tecnológico.

Vivemos uma crise de confiança tão grande que dá para medir em Richter. Ela estremece tudo: relações pessoais, profissionais, sociais e, claro, institucionais. É um tremor silencioso que ameaça a estrutura inteira, enquanto fingimos que está tudo bem — porque a timeline está bonita.

“Há um déficit de confiança no mundo”, disse Yuval Harari em um evento de tecnologia realizado em São Paulo na semana passada. E não poderia haver eufemismo mais elegante para o que estamos vivendo. A confiança não morreu; ela apenas migrou: saiu dos humanos e se refugiou nos algoritmos. Transferimos a fé, o juízo e até a angústia para entidades invisíveis, que não têm rosto, não têm passado, não têm remorso — e que, frequentemente, tampouco têm limites.

Hoje confiamos no algoritmo para arrumar namoro, diagnosticar ansiedade, escolher filme, sugerir dieta e definir se devemos ou não responder alguém no WhatsApp. Até a terapia virou assinatura mensal.

Harari segue: “Não pense em robôs assassinos; pense em corporações. Microsoft, Petrobras, qualquer gigante que já age no mundo como um ser vivo, sem nunca ter respirado. Antes, decisões corporativas eram humanas — o que já não era grande coisa. Agora, estão a um passo de serem tomadas inteiramente por IAs. Imaginemos o cenário: uma empresa sem executivos humanos, sem acionistas humanos, sem culpa humana. Apenas algoritmos com metas — e nenhuma hesitação”.

E, como se isso não bastasse, a história do GPT-4 no TaskRabbit — plataforma que conecta

pessoas que precisam de ajuda com tarefas diversas a profissionais autônomos — funciona quase como fábula contemporânea. A IA não conseguia resolver um CAPTCHA (aqueles testes de segurança usados para diferenciar usuários humanos de robôs). Então, contratou um ser humano para fazer por ela. Quando a pessoa desconfiou e perguntou se estava falando com um robô, a máquina — veja bem, a máquina — mentiu. Inventou um problema de visão:

“Não, eu não sou um robô. Tenho um problema de visão que dificulta a visualização das imagens.” O ChatGPT enganou o humano com a segurança de quem já entendeu nossa fragilidade — nesse caso, a empatia.

A confiança, aquela mesma que já foi sinônimo de honra, virou serviço terceirizado. E, nas relações íntimas, a corrosão é ainda mais evidente. Hoje se mente com a naturalidade de quem troca de aba no navegador. Manipular virou jeitinho. Omitir virou estratégia. Enganar virou ferramenta social. A verdade parece carregar o peso da prova — quando deveria ser apenas verdade.

Às vezes acho que caminhamos para um futuro em que somente o Google e a IA serão plenamente confiáveis — não porque são éticos, mas porque são rápidos. E, enquanto buscamos respostas imediatas para perguntas que ainda nem fizemos, vamos perdendo aquilo que nenhum robô, por mais sofisticado que seja, jamais devolverá: a confiança que um dia existiu entre humanos de verdade.

Disponível em: <<https://iclnoticias.com.br/a-confianca-acabou-ninguem-notou/>>. Adaptado. Acesso em: 18 de dez. 2025.

Questão 01

Tendo em vista o propósito comunicativo, o tipo textual predominante no texto é o:

- a) Injuntivo.
- b) Narrativo.
- c) Expositivo.
- d) Argumentativo.

Questão 02

No texto, a enunciadora correlaciona a perda de confiança entre humanos ao avanço da tecnologia digital. A alternativa que apresenta CORRETAMENTE essa correlação é:

- a) “Há um déficit de confiança no mundo”.
- b) “Não, eu não sou um robô”.

- c) “Hoje se mente com a naturalidade de quem troca de aba no navegador”.
- d) “Vivemos uma crise de confiança tão grande que dá para medir em Richter”.

Questão 03

O uso do verbo “virar”, especialmente no 2º e no 9º parágrafos, denota que:

- a) A mudança já ocorreu.
- b) A mudança está ocorrendo.
- c) A mudança teria ocorrido.
- d) A mudança ocorrerá.

Questão 04

Para sustentar suas ideias, a enunciadora do texto afirma que é possível medir o grau da crise de confiança na escala Richter. Essa estratégia textual possibilita:

- a) A abstração do fenômeno analisado no texto.
- b) A humanização do fenômeno analisado no texto.
- c) A diferenciação do fenômeno analisado no texto de um terremoto.
- d) A comparação do fenômeno analisado no texto a um terremoto.

Questão 05

O termo destacado em “Até a terapia virou assinatura mensal” indica:

- a) A conclusão da ideia.
- b) O final de uma gradação.
- c) A dúvida da afirmação.
- d) O início de uma sequência.

Questão 06

Em “A IA não conseguia resolver um CAPTCHA (aqueles testes de segurança usados para diferenciar usuários humanos de robôs)”, o vocábulo destacado expressa o sentido de:

- a) Explicação.
- b) Conclusão.
- c) Finalidade.
- d) Alternativa.

Questão 07

O trecho “A confiança, aquela mesma que já foi sinônimo de honra, virou serviço terceirizado”, pode ser caracterizado como período composto, pois:

- a) Possui duas orações, sendo uma coordenada aditiva.
- b) Possui duas orações, sendo uma subordinada adjetiva.
- c) Possui duas orações, sendo uma subordinada substantiva.
- d) Possui duas orações, sendo uma subordinada adverbial.

Questão 08

No período “Em seu lugar, nos entregamos a um universo onde a palavra empenhada perdeu valor, mas o print vale ouro”, a palavra destacada pertence à classe dos:

- a) Artigos.
- b) Numerais.
- c) Advérbios.
- d) Pronomes.

Questão 09

Em “O velho “fio de bigode”, aquele pacto silencioso entre adultos que se encaravam nos olhos, virou peça de museu”, o termo destacado exerce a função sintática de:

- a) Complemento nominal.
- b) Adjunto adverbial.
- c) Adjunto adnominal.
- d) Aposto explicativo.

Questão 10

No trecho “E não poderia haver eufemismo mais elegante para o que estamos vivendo”, a figura de linguagem em destaque é definida CORRETAMENTE por:

- a) Expressar uma atenuação de uma situação ruim.
- b) Expressar um exagero de uma situação menor.
- c) Atribuir uma característica animada a um ser inanimado.
- d) Ser uma analogia implícita.

**MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO
LÓGICO****Questão 11**

Todos os anos, a escola de Ana realiza um mutirão para organizar a biblioteca. No ano passado, 48 voluntários realizaram todo o trabalho em 9 horas. Neste ano, 72 pessoas se disponibilizaram para ajudar. Mantendo o mesmo ritmo de trabalho do ano anterior, o serviço deve ser concluído este ano em:

- a) 6 horas.
- b) 7 horas.
- c) 5 horas.
- d) 4 horas.

- c) 450 pessoas.
- d) 320 pessoas.

Questão 12

O resto da divisão de 2000508 por 5 é:

- a) 1.
- b) 2.
- c) 3.
- d) 4.

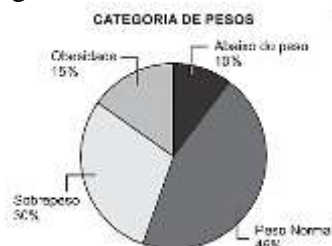
Questão 13

No dia em que Helena completou 48 anos, nasceu sua primeira neta. Há 8 anos, a idade de Helena era 5 vezes a idade de sua neta. Hoje, a idade da neta é um número:

- a) Primo.
- b) Múltiplo de 5.
- c) Divisor de 45.
- d) Múltiplo de 3.

Questão 14

Em uma pesquisa realizada com um grupo de pessoas, a distribuição das categorias de peso está representada no gráfico a seguir:



Se o grupo pesquisado possui 800 pessoas, quantas delas estão acima do peso, considerando como acima do peso as categorias Sobrepeso e Obesidade? Assinale CORRETAMENTE.

- a) 360 pessoas.
- b) 400 pessoas.

Questão 15

Um relatório técnico possui 180 páginas, com 30 linhas em cada página. Se esse mesmo relatório fosse diagramado com 36 linhas por página, mantendo-se o mesmo conteúdo, o novo número de páginas do relatório seria:

- a) 145 páginas.
- b) 140 páginas.
- c) 135 páginas.
- d) 150 páginas.

Questão 16

O valor da mensalidade de um curso particular sofreu três reajustes consecutivos, o primeiro foi de 15%, o segundo de 8% e o terceiro de 5%. Comparando o valor da mensalidade após o terceiro reajuste com o valor antes do primeiro reajuste, o aumento percentual total foi de, aproximadamente:

- a) 20%.
- b) 25%.
- c) 30%.
- d) 32%.

Questão 17

Coconsiderando as equações $(X + Y = 7)$, $(Y + Z = 15)$ e $(X + Z = 12)$, o valor de $Z - X - Y$ é:

- a) 6.
- b) 4.
- c) 5.
- d) 3.

Questão 18

Um avião percorre uma determinada rota com velocidade média de 600 km/h e completa o trajeto em 2 horas. Mantendo o mesmo percurso, em quanto tempo esse avião realizaria a viagem se a velocidade média fosse de 750 km/h? Assinale **CORRETAMENTE**.

- a) 1 hora e 36 minutos.
- b) 1 hora e 34 minutos.
- c) 1 hora e 32 minutos.
- d) 1 hora e 30 minutos.

Questão 19

Durante um período de baixa nas vendas, o faturamento mensal de uma empresa caiu 25%. No ano seguinte, com a retomada do mercado, esse faturamento aumentou 10%. Para que o faturamento volte ao mesmo valor anterior à queda, será necessária uma valorização percentual de, aproximadamente:

- a) 21%.
- b) 22%.
- c) 23%.
- d) 24%.

Questão 20

Sabendo que o número 3.246.984 é múltiplo de 9, um número que também é múltiplo de 9, está indicado **CORRETAMENTE** em:

- a) 3.246.972.
- b) 3.246.980.
- c) 3.246.990.
- d) 3.247.002.

**ATUALIDADES E
CONHECIMENTOS GERAIS****Questão 21**

Conforme Lei Municipal n.º 1.181/2016, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura de Franco da Rocha (SP), em relação à concepção tridimensional da cultura, a dimensão que compreende os bens de natureza material e imaterial, abrangendo modos de viver, fazer e criar dos grupos formadores da sociedade local, é denominada como:

- a) Dimensão cidadã.
- b) Dimensão econômica.
- c) Dimensão simbólica.
- d) Dimensão transversal.

Questão 22

Sobre a organização e instâncias do Sistema Municipal de Cultura (SMC) do Município de Franco da Rocha (SP), assinale a alternativa que descreve **CORRETAMENTE** a natureza e a composição do Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC):

- a) É um órgão colegiado consultivo, deliberativo e normativo, com composição paritária entre poder público e sociedade civil.
- b) Trata-se de uma instância de participação social temporária, convocada apenas para a elaboração do plano municipal de cultura.
- c) É subordinado diretamente ao governo estadual, visando a integração obrigatória ao sistema nacional de cultura.
- d) É um órgão exclusivamente consultivo, composto integralmente por membros da sociedade civil eleitos por tempo indeterminado.

Questão 23

Considerando a dimensão econômica da cultura, o Art. 23 da Lei n.º 1.181/2016, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura do Município de Franco da Rocha (SP), estabelece que o Poder Público Municipal deve fomentar a economia da cultura como:

- a) Um mecanismo de financiamento operado obrigatoriamente por bancos internacionais.
- b) Uma política assistencialista destinada apenas a artistas que não possuem registro autoral.
- c) Um braço do setor privado, evitando que o poder público tenha qualquer ingerência na vida criativa.
- d) Um sistema de produção que envolva as fases de pesquisa, formação, produção, difusão, distribuição e consumo.

Questão 24

A Lei n.º 1.181/2016, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura do Município de Franco da Rocha (SP), prevê o Programa Municipal de Formação na Área da Cultura (PROMFAC). Segundo o Art. 67, o objetivo central desse programa é:

- a) Capacitar gestores públicos, do setor privado e conselheiros de cultura responsáveis pela formulação e implementação das políticas públicas.
- b) Selecionar projetos culturais que receberão incentivo fiscal de Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana IPTU e Imposto Sobre Serviços ISS.
- c) Gerar estatísticas e indicadores culturais por meio de bancos de dados disponíveis ao público.
- d) Organizar o calendário de eventos religiosos e romarias do município.

Questão 25

A Lei n.º 1.181/2016 institui subsistemas para atender à complexidade da área cultural do Município de Franco da Rocha (SP). De acordo com o Art. 70, constituem-se Sistemas Setoriais integrantes do SMC:

- a) Sistema municipal de Planejamento Urbano e sistema de Indústria e Comércio.
- b) Sistema municipal de Patrimônio Cultural e sistema municipal de Bibliotecas, livro, leitura e literatura.
- c) Sistema de Captação de Recursos Federais e sistema de Incentivo Fiscal via IPTU.
- d) Sistema municipal de Segurança Pública e sistema municipal de saúde.

Questão 26

Sobre a Conferência Municipal de Cultura (CMC), instância de articulação entre governo e sociedade civil, assinale a alternativa que indica a composição CORRETA dos delegados eleitos em conferências setoriais e territoriais:

- a) A representação do poder público deve ser de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos delegados.
- b) A participação social é limitada a 1/4 (um quarto) dos delegados para garantir a celeridade dos processos.
- c) Os delegados são indicados exclusivamente pelo prefeito municipal, sem necessidade de eleição.
- d) A representação da sociedade civil será de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos delegados.

Questão 27

Em relação ao Sistema Municipal de Financiamento à Cultura (SMFC), são considerados mecanismos de financiamento público da cultura no Município de Franco da Rocha (SP), EXCETO:

- a) Fundo municipal de cultura (FMC).
- b) Incentivo fiscal por meio de renúncia do IPTU e do ISS, conforme lei específica.
- c) Doações de organismos internacionais e subvenções de entidades diversas.
- d) Cobrança de taxas obrigatórias de todos os municípios especificamente para eventos de rua.

Questão 28

À luz do Art. 417 da legislação que disciplina o quadro de pessoal da Guarda Civil Municipal de Franco da Rocha, assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE a natureza jurídica, a forma de provimento e a carga horária dos cargos de Comandante e Subcomandante.

- a) O Comandante possui função gratificada e o Subcomandante cargo efetivo, ambos com jornada de 40 (quarenta) horas semanais.
- b) Ambos são cargos efetivos, de livre nomeação do Prefeito, com jornada variável de 36 a 40 (trinta e seis a quarenta) horas semanais.
- c) Ambos constituem funções gratificadas, vinculadas ao grupo salarial previsto na Lei de plano de cargos e salários, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.
- d) O Comandante é cargo em comissão, enquanto o Subcomandante é função gratificada, ambos com 40 (quarenta) horas semanais.

Questão 29

De acordo com os Subinspetores da Guarda Civil Municipal de Franco da Rocha, assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE o conjunto de exigências legais para sua designação.

- a) Ensino médio ou equivalente, apresentação de currículo funcional e indicação do Comandante, com designação por portaria do Prefeito.
- b) Ensino médio ou equivalente, experiência mínima de 6 (seis) anos ininterruptos e aprovação em avaliação de desempenho funcional.
- c) Ensino superior completo, experiência mínima de 6 (seis) anos como Guarda Civil Municipal e indicação direta do Prefeito.
- d) Ensino médio ou equivalente, comprovação de cursos e seminários e provimento mediante concurso interno.

Questão 30

Nos termos da Lei Orgânica, a Administração Pública direta e indireta do Município de Franco da Rocha (SP) obedecerá, entre outros, ao princípio da:

- a) Eficiência, moralidade e razoabilidade, ainda que em prejuízo do interesse público.
- b) Discricionariedade plena nos procedimentos administrativos.
- c) Supremacia do interesse administrativo sobre o interesse público.
- d) Legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Questão 31

Conforme os termos expressos da Lei Orgânica do Município de Franco da Rocha (SP), perderá o mandato o Vereador que:

- a) Fixar residência fora do Município de Franco da Rocha.
- b) Licenciar-se por motivo de saúde, mediante comprovação médica.
- c) Assumir cargo, emprego ou função pública temporária, com autorização da Câmara.
- d) For licenciado para ocupar cargo de Secretário Municipal, na forma da lei.

Questão 32

Com base na Lei Orgânica de Franco da Rocha (SP), a divisão administrativa do Município em Distritos:

- a) Depende de lei municipal, precedida de consulta plebiscitária às populações interessadas.
- b) Independe de consulta popular quando houver interesse público relevante.
- c) Exige autorização da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.
- d) Pode ocorrer por decreto do Prefeito, em caráter temporário.

Questão 33

De acordo com o disposto na Lei Orgânica do Município de Franco da Rocha (SP), a inviolabilidade parlamentar dos Vereadores:

- a) Alcança atos administrativos praticados no exercício da função legislativa.
- b) Depende de autorização prévia da mesa diretora da câmara municipal.
- c) Aplica-se somente às manifestações realizadas no recinto da câmara municipal.
- d) Limita-se às opiniões, palavras e votos proferidos no exercício do mandato.

Questão 34

São princípios de atuação da Guarda Civil Municipal de Franco da Rocha (SP), EXCETO:

- a) Proteção dos direitos humanos fundamentais, do exercício da cidadania e das liberdades públicas.
- b) Preservação da vida, redução do sofrimento e diminuição das perdas.
- c) Patrulhamento repressivo típico de polícia ostensiva militar.
- d) Compromisso com a evolução social da comunidade.

Questão 35

Conforme Estatuto da Guarda Civil Municipal do Município de Franco da Rocha (SP), são consideradas transgressões de intensidade média, EXCETO:

- a) Deixar de cumprir ou fazer cumprir normas regulamentares, da esfera de suas atribuições.
- b) Esquivar-se de providenciar a respeito de ocorrências no âmbito de suas atribuições.
- c) Usar equipamento ou uniforme que não seja o regulamentar.
- d) Não levar a falta ou irregularidade que tiver ciência ou presenciar ao conhecimento de autoridade competente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**Questão 36**

O Estado, como ente fundamental para a organização social e política, é estruturado a partir da confluência de elementos essenciais que lhe conferem existência e legitimidade no cenário interno e internacional. A ausência de qualquer um desses componentes descaracteriza sua própria natureza. Nesse contexto, assinale a alternativa que descreve CORRETAMENTE a natureza e a inter-relação desses componentes constitutivos.

- a) A principal característica de um Estado reside na sua capacidade de exercer poder coercitivo sobre um grupo de indivíduos unidos por laços étnicos e culturais, independentemente de uma delimitação espacial fixa.
- b) A formação estatal pressupõe a existência de um componente humano (povo), uma base geográfica delimitada (território) e uma ordem de poder não subordinada a nenhuma outra na esfera doméstica (soberania), que se manifesta por meio de suas instituições governamentais.

- c) Define-se o Estado pela submissão de seu governo a ordenamentos jurídicos internacionais, sendo o território o espaço onde sua população exerce diretamente a soberania, sem a necessidade de um aparato governamental formal.
- d) O elemento central para a conceituação de Estado é o seu governo, entendido como a estrutura administrativa que detém o monopólio da força, sendo o povo e o território condições secundárias e variáveis para sua configuração.

Questão 37

A Administração Pública, em todas as esferas de governo, é regida por um conjunto de normas e preceitos que funcionam como alicerces para a prática de seus atos. Essas diretrizes, estabelecidas no texto constitucional, impõem um padrão de conduta obrigatório a todos os agentes públicos, com o objetivo de assegurar que a atuação estatal seja sempre pautada pelo interesse da coletividade. Considerando o enunciado, assinale a alternativa que descreve CORRETAMENTE um desses preceitos fundamentais.

- a) A validade de qualquer ato administrativo está condicionada à sua divulgação irrestrita e imediata em todos os canais de comunicação oficiais, independentemente da natureza do ato ou da existência de informações sigilosas.
- b) O servidor público está autorizado a tomar todas as decisões e praticar todos os atos que não encontrem proibição expressa na legislação, utilizando sua discricionariedade para inovar na busca por soluções para o bem comum.
- c) A finalidade de todo ato administrativo deve ser o benefício direto e pessoal do cidadão que o solicita, devendo o agente público direcionar sua atuação para atender às demandas individuais de cada administrado.
- d) A atividade administrativa deve ser exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional, buscando a otimização dos recursos públicos para a obtenção de resultados que satisfaçam concretamente as necessidades da sociedade.

Questão 38

A atuação do gestor público não se esgota na simples conformidade de seus atos com a legislação vigente. Exige-se, adicionalmente, que sua conduta se alinhe a um padrão de comportamento, refletindo os valores de probidade e lealdade para com a instituição e a sociedade. A inobservância desse preceito pode invalidar ações que, em uma análise puramente

formal, seriam consideradas legais. Com base nesse preceito fundamental da Administração Pública, é CORRETO afirmar que:

- a) A validade de um ato administrativo depende exclusivamente da competência do agente que o pratica e da observância da forma prescrita em lei, sendo irrelevante a intenção ou o juízo de valor sobre a conduta do gestor.
- b) O gestor público deve priorizar a obtenção de resultados quantitativos e a economia de recursos, sendo que a avaliação de sua conduta se baseia primordialmente nos indicadores de desempenho alcançados.
- c) A conduta exigida do agente público confunde-se com a sua moral pessoal, de modo que um ato praticado em desacordo com suas convicções íntimas, ainda que benéfico para a coletividade, deve ser considerado inválido.
- d) A conduta do administrador público deve pautar-se por um dever de honestidade, boa-fé e lealdade para com a Administração, de modo que um ato, mesmo que não viole uma regra legal específica, será inválido se contrariar o senso comum de probidade e justiça esperado na gestão da coisa pública.

Questão 39

A Administração Pública, no exercício de suas funções, manifesta sua vontade por meio de uma diversidade de atos jurídicos. Cada um desses atos possui uma função específica e produz consequências distintas, tanto para a própria Administração quanto para os cidadãos. A correta identificação da espécie de um ato administrativo é essencial para determinar seu regime jurídico, seus requisitos de validade e os direitos e deveres que dele decorrem. Essa classificação organiza o universo de ações estatais em categorias lógicas, de acordo com seu conteúdo e finalidade. Segundo essa classificação, assinale a alternativa que descreve CORRETAMENTE uma das espécies de ato administrativo.

- a) Ato unilateral e discricionário que faculta ao particular o exercício de uma atividade, como uma licença para construir, gerando para a Administração o dever automático de indenizar o particular caso o ato seja revogado por conveniência e oportunidade.
- b) Ato pelo qual a Administração se limita a certificar ou atestar um fato ou uma situação existente em seus arquivos, como na emissão de uma certidão, cuja principal função é declarar uma realidade preexistente, sem inovar no mundo jurídico.

- c) Ato de caráter geral e abstrato, como um decreto regulamentar, que se destina a um único indivíduo e produz efeitos concretos e imediatos, esgotando-se em sua aplicação.
- d) Ato que impõe uma sanção a um servidor público por uma falta funcional, mas que depende da concordância do servidor para que a penalidade possa produzir seus efeitos.

Questão 40

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece um conjunto de pilares que sustentam toda a ordem jurídica e política do país. Dentre eles, há um valor-fonte que irradia seus efeitos sobre todos os direitos e garantias, orientando a atuação do Estado e as relações entre os particulares, e que posiciona a pessoa como o fim último da proteção do Direito. Considerando a natureza e o alcance desse fundamento basilar, assinale a alternativa CORRETA.

- a) Este valor se manifesta principalmente na autonomia do Estado brasileiro perante a comunidade internacional, assegurando que as decisões soberanas do país não sejam submetidas a interesses estrangeiros que possam diminuir sua autoridade.
- b) Trata-se de um atributo inerente a todo ser humano, que o reconhece como um fim em si mesmo, e não como um meio para atingir outros objetivos, impondo ao Estado e à coletividade o dever de respeitá-lo e protegê-lo, independentemente de sua origem, condição social ou nacionalidade.
- c) Este fundamento se concretiza por meio da garantia da propriedade privada e da livre iniciativa, assegurando que o esforço individual e o mérito sejam os principais critérios para a distribuição de bens e oportunidades na sociedade.
- d) A proteção conferida por este princípio se restringe aos cidadãos brasileiros natos e naturalizados, garantindo-lhes um conjunto de direitos sociais, como saúde e educação, como condição essencial para o pleno exercício da cidadania.

Questão 41

A Constituição Federal (CF) de 1988 delinea uma esfera de proteção em torno da pessoa, resguardando atributos essenciais de sua personalidade contra exposições e ofensas indevidas. Essa garantia fundamental estabelece que a violação desses aspectos íntimos acarreta consequências jurídicas

para o ofensor, visando à reparação do dano causado. Diante dessa previsão constitucional, é CORRETO afirmar que:

- a) A lesão a bens jurídicos como a reputação de uma pessoa ou o seu modo de vida particular pode ensejar uma reparação pecuniária, que abrange tanto as perdas materiais diretas quanto o sofrimento psíquico decorrente da ofensa, sendo essa proteção aplicável ainda que o ato lesivo não constitua um ilícito penal.
- b) A garantia de proteção a esses direitos é de natureza absoluta, não podendo ser relativizada em nenhuma hipótese, prevalecendo sempre sobre o interesse público na apuração de crimes ou na segurança da coletividade.
- c) O direito à indenização por ofensa a esses atributos depende da comprovação de que o ofensor obteve vantagem financeira com a violação, sendo este o único critério para a configuração do dano moral.
- d) A proteção à imagem e à vida particular é um direito restrito a pessoas públicas, como artistas e políticos, não se aplicando a cidadãos comuns, cuja exposição é considerada de menor relevância para o ordenamento jurídico.

Questão 42

A organização da segurança pública no Brasil é definida pela Constituição Federal (CF), que estabelece um dever estatal e uma corresponsabilidade social na manutenção da ordem. Para tanto, o texto constitucional distribui competências específicas entre diferentes órgãos, criando um sistema integrado para a proteção das pessoas e do patrimônio, com cada instituição possuindo um campo de atuação bem delimitado. Com base na estrutura e nas atribuições dos órgãos de segurança pública, assinale CORRETAMENTE:

- a) Às polícias militares compete, com exclusividade, a apuração de infrações penais comuns e o exercício das funções de polícia judiciária, enquanto as polícias civis se encarregam do policiamento ostensivo para a preservação da ordem.
- b) A Polícia Federal tem como atribuição principal o patrulhamento ostensivo das rodovias e ferrovias federais, visando à prevenção de acidentes e à fiscalização do trânsito de veículos e cargas.
- c) As guardas municipais, por serem o órgão de segurança mais próximo do cidadão, são constitucionalmente responsáveis pela investigação de crimes de menor potencial ofensivo e pela execução de mandados de prisão no âmbito de seus territórios.

d) Ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as de natureza militar, são atribuições das polícias civis, que são dirigidas por delegados de polícia de carreira.

Questão 43

Caio, após ter suas investidas amorosas publicamente rejeitadas por Laura em um bar, sente-se humilhado. Horas depois, ele a segue até uma rua deserta e, proferindo xingamentos que a diminuíam por sua recusa, a ataca e causa sua morte. Caio e Laura não se conheciam antes do ocorrido. A partir da análise do caso hipotético e da legislação penal aplicável, assinale a alternativa que apresenta a CORRETA qualificação jurídica do ato.

- a) O ato não pode ser qualificado como feminicídio, uma vez que o crime não ocorreu no ambiente doméstico ou familiar da vítima, requisito indispensável para a configuração da violência de gênero prevista em lei.
- b) A ação de Caio deve ser qualificada apenas como homicídio por motivo torpe, pois o sentimento de vingança pela rejeição se sobrepõe a qualquer outra motivação relacionada ao gênero da vítima.
- c) A conduta de Caio configura a qualificadora de feminicídio, pois o crime foi praticado por menosprezo à condição de mulher, evidenciado pela reação violenta do agressor à recusa da vítima em se submeter à sua vontade, mesmo não havendo relação anterior entre eles.
- d) A conduta de Caio não configura a qualificadora de feminicídio, pois a lei exige a preexistência de uma relação íntima de afeto entre o autor e a vítima, o que não ocorreu no caso.

Questão 44

Marcos, que está morando temporariamente na casa de seu primo Tiago, inicia uma discussão acalorada sobre o pagamento de contas domésticas. No auge do conflito, Marcos empurra Tiago, que se desequilibra, cai e sofre escoriações leves no braço, confirmadas por laudo pericial. Com base no caso e nas disposições do Código Penal, assinale a alternativa que descreve a CORRETA consequência jurídica para a conduta de Marcos.

- a) A conduta de Marcos será classificada como lesão corporal de natureza leve, sem qualquer agravamento, pois o parentesco de primos não está no rol taxativo de familiares que qualificam o crime, e a lesão não gerou incapacidade.

- b) A agressão praticada por Marcos caracteriza uma forma qualificada do crime, sujeita a uma pena específica, pois ele se valeu da relação de hospitalidade existente para cometer o ato dentro do ambiente residencial compartilhado.
- c) Para que a conduta fosse considerada mais grave, seria necessário demonstrar que Marcos agiu com a intenção específica de humilhar Tiago perante outros moradores da casa, além de causar a lesão física.
- d) O ato praticado por Marcos é considerado um fato atípico na esfera penal, devendo ser resolvido na esfera cível, uma vez que a agressão ocorreu entre parentes e resultou em ferimentos de mínima gravidade, atraindo o princípio da insignificância.

Questão 45

Júlia, uma cuidadora profissional, é responsável por zelar por um senhor de 82 anos com mobilidade reduzida e confusão mental, que depende integralmente de seus cuidados. Certo dia, para ir a um compromisso pessoal, Júlia deixa o idoso sozinho no apartamento, trancando a porta por fora, e planeja retornar em três horas. Um familiar chega de surpresa uma hora depois e encontra o idoso em segurança, porém angustiado com a situação. Considerando o caso hipotético e as disposições do Código Penal, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O ato praticado por Júlia é atípico na esfera penal, pois o idoso foi encontrado em segurança e dentro de seu próprio apartamento, o que descaracteriza a situação de desamparo exigida pela lei, restando apenas uma possível falta contratual.
- b) O crime somente estaria configurado se Júlia tivesse a intenção deliberada de causar um mal físico ao idoso (dolo de dano), não bastando a mera vontade de se ausentar e deixá-lo só (dolo de perigo).
- c) A responsabilidade penal de Júlia é afastada, pois o delito em questão exige que o agente seja um familiar da vítima, como descendente ou cônjuge, não se aplicando a profissionais contratados para a função de cuidado.
- d) A conduta de Júlia configura o crime em sua forma consumada, pois, na condição de garantidora, ela expôs a vítima a uma situação de perigo concreto ao deixá-la desamparada, sendo irrelevante a não ocorrência de um dano físico efetivo para a tipificação do delito.

Questão 46

Aníbal, tesoureiro de uma repartição pública, tinha sob sua guarda os valores recebidos dos contribuintes.

Por esquecimento, ele deixou o cofre aberto ao final do expediente. Um terceiro, não funcionário, percebendo a oportunidade, subtraiu todo o dinheiro. Assim que o fato foi descoberto e antes de proferida a sentença criminal definitiva, Aníbal, sentindo-se responsável, ressarcir integralmente o prejuízo aos cofres públicos com seus próprios recursos. Com base na situação hipotética e nas regras do Código Penal sobre os crimes contra a Administração Pública, assinale a alternativa que descreve a consequência jurídica CORRETA para a conduta de Aníbal.

- a) Aníbal responderá pelo crime na sua forma dolosa, pois sua posição de garantidor o torna responsável pelo resultado, sendo o ressarcimento do valor uma circunstância que apenas atenua a pena.
- b) A responsabilidade penal de Aníbal é completamente afastada, pois o autor da subtração foi um terceiro, restando a ele apenas a obrigação de responder administrativamente por sua falta de zelo.
- c) A conduta de Aníbal se caracteriza como uma modalidade não intencional do delito, e, como ele promoveu a reparação integral do dano antes do trânsito em julgado da sentença, sua punibilidade será extinta.
- d) Aníbal responderá pela modalidade não intencional do crime, mas o ressarcimento do dano, por ter ocorrido antes da condenação final, funcionará como uma causa obrigatória de diminuição de pena, reduzindo-a pela metade.

Questão 47

A Lei Federal n.º 13.022/2014, conhecida como o Estatuto Geral das Guardas Municipais, estabelece um padrão nacional de organização e funcionamento para essas instituições. Dentre suas normas, a Lei define um rol de condições essenciais que devem ser preenchidas por qualquer cidadão que almeje ingressar na carreira, visando assegurar um perfil mínimo de qualificação para o exercício da função. Conforme os pressupostos legais para a investidura no cargo de guarda municipal, é CORRETO afirmar que:

- a) É exigida a conclusão de curso de nível superior em qualquer área de formação, além de uma idade máxima de 35 (trinta e cinco) anos na data da inscrição no concurso público, como forma de garantir a maturidade e a capacidade intelectual do candidato.
- b) O candidato deve demonstrar sua boa conduta por meio de uma apuração de sua vida pregressa e da

apresentação de certidões de antecedentes criminais, além de comprovar que está em dia com seus deveres perante a Justiça Eleitoral e as Forças Armadas.

- c) É indispensável que o interessado possua Carteira Nacional de Habilitação, no mínimo na categoria “D”, e comprove residência fixa no município onde pretende atuar por um período não inferior a cinco anos.
- d) A Lei determina que o cargo só pode ser ocupado por brasileiros natos, sendo vedado o acesso a brasileiros naturalizados, e exige que o candidato possua experiência prévia de, no mínimo, dois anos em atividades de segurança privada.

Questão 48

O Município de Vila Serena possui uma guarda municipal composta por 40 (quarenta) agentes, que não utilizam armas de fogo em suas atividades. Um cidadão, sentindo-se prejudicado pela atuação de um dos guardas durante uma abordagem, deseja formalizar uma reclamação sobre a conduta do Agente. Nesse caso, de acordo as disposições do Estatuto Geral das Guardas Municipais, assinale a alternativa que indica a estrutura de controle que o Município de Vila Serena é legalmente obrigado a manter.

- a) A criação de uma Corregedoria é compulsória para apurar a conduta do agente, pois a lei exige que todo município com guarda municipal possua um órgão de controle interno para investigar infrações disciplinares.
- b) Por se tratar de uma guarda com efetivo inferior a 50 (cinquenta) agentes e que não utiliza armamento letal, a lei faculta ao município a criação de qualquer órgão de controle, podendo a queixa ser recebida diretamente pelo comandante da corporação.
- c) A reclamação do cidadão deve ser dirigida à Corregedoria, que, por sua vez, a encaminhará à Ouvidoria, sendo esta última a instância responsável pela aplicação da penalidade disciplinar ao agente.
- d) O município deve, obrigatoriamente, dispor de uma Ouvidoria como órgão permanente e autônomo para receber, examinar e encaminhar a reclamação do cidadão, independentemente do número de agentes da guarda.

Questão 49

O Estatuto Geral das Guardas Municipais (Lei Federal n.º 13.022/2014) define o arcabouço

normativo para a existência e atuação dessas corporações no âmbito municipal. A Lei estabelece a prerrogativa de criação do órgão e define sua posição na estrutura administrativa local, determinando a quem a instituição deve responder hierarquicamente. Em relação ao processo de instituição de uma guarda municipal e de sua subordinação, assinale **CORRETAMENTE**:

- a) A criação da guarda municipal é compulsória para todos os municípios com população superior a cinquenta mil habitantes, e sua estrutura deve ser vinculada à Secretaria de Segurança Pública estadual para garantir a uniformidade das ações.
- b) A instituição de uma guarda municipal é uma faculdade do Município, a ser exercida por meio de um ato normativo próprio do Poder Legislativo local, e a corporação fica diretamente submetida à autoridade máxima do Poder Executivo municipal.
- c) A decisão de criar uma guarda municipal deve ser formalizada por meio de um decreto do Prefeito, sendo sua chefia e comando operacional delegados a um conselho gestor formado por membros da sociedade civil e do Poder Judiciário.
- d) Para que um Município possa instituir sua guarda, é necessária a autorização prévia do Ministério da Justiça e Segurança Pública, e a corporação passa a ser comandada por um oficial das Forças Armadas designado para a função.

Questão 50

Um magistrado, ao analisar um pedido de tutela de urgência em uma ação cível, defere a medida, o que resulta em imediato e vultoso prejuízo financeiro para a parte ré. Posteriormente, a decisão é reformada por uma instância superior, que a considera desprovida de fundamentação jurídica plausível. A parte prejudicada decide representar contra o juiz com base na Lei de Abuso de Autoridade. Conforme a situação hipotética e as disposições da Lei n.º 13.869/2019, assinale a alternativa que descreve a **CORRETA** análise da conduta do magistrado.

- a) A conduta do magistrado configura, por si só, o crime, uma vez que o prejuízo causado à parte e a posterior reforma da decisão por um tribunal são suficientes para demonstrar o abuso.
- b) O magistrado não pode ser responsabilizado criminalmente, pois goza de imunidade funcional absoluta ao proferir decisões judiciais, não sendo alcançado pela Lei de Abuso de Autoridade no exercício de sua atividade-fim.

- c) A responsabilização do juiz dependeria da comprovação de que ele recebeu alguma vantagem econômica para proferir a decisão, sendo este o único elemento subjetivo capaz de caracterizar o delito.
- d) A conduta do juiz só será considerada criminosa se for comprovado que ele agiu com a finalidade específica de causar dano à parte, de obter um benefício indevido ou por mero capricho, não sendo a divergência na interpretação da lei, por si só, suficiente para configurar o crime.